



Gabinete de combate à Corrupção

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/15	2014	18) aprimore o Portal Transparência, a fim de que contenha todas as informações descritas no “Manual de Cumprimento da Lei de Acesso à Informação” aprovado pela Resolução Normativa nº 14/2013 deste Tribunal (irregularidade do item 15).	SEPLAN: Irá realizar um levantamento para identificar e consolidar os dados referentes as licitações do poder executivo; GTCC: Irá definir o dados que serão disponibilizados no Portal Transparência. CEPROMAT: Disponibilizar informações conforme orientação do GTCC.	001/2015	SEPLAN e GTCC: 15/11/2015. CEPROMAT: 30/12/2015.	Em Implementação
04/15	2014		SEGES: Definir cronograma de input dos dados no sistema junto aos órgãos do governo estadual. SEPLAN: Irá realizar um levantamento para identificar e consolidar os dados referentes as licitações do poder executivo. GTCC: Irá definir os dados que serão disponibilizados no Portal Transparência. CEPROMAT: Disponibilizar informações conforme orientação do GTCC.	001/2015	SEGES/SEPLAN e GTCC: 15/11/2015. CEPROMAT: 30/12/2015.	Em Implementação
04/2015	2014		SEPLAN: Irá realizar um levantamento para identificar e consolidar os dados referentes as licitações do poder executivo. GTCC: Irá definir os dados que serão disponibilizados no Portal Transparência. CEPROMAT: Disponibilizar informações conforme orientação do GTCC.	001/2015	SEPLAN e GTCC: 15/11/2015. CEPROMAT: 30/12/2015.	Em Implementação



04/2015	2014		Organizar e disponibilizar as informações no Portal Transparência.	001/2015	25/09/2015	Implementado
04/2015	2014		As informações ratificadas serão disponibilizadas no link: HTTP://www.sefaz.mt.gov/portal/financeiro/contgovernamental/balancogeral.php	001/2015	GTCC: 30/12/2015	Em Implementação
MT- PREV						
Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	· 29) adote as medidas remanescentes para que os Poderes constituídos e órgãos do Estado, façam adesão ao novo sistema implementado pela Lei Complementar nº 560/2014.	Definir cronograma de vinculação dos poderes do Estado de Mato Grosso ao RPPS	001/2015	mar/16	Em Implementação
02/2013	2012	Considerar o trabalho desenvolvido pelo instituído pelo Grupo de Trabalho instituído pelo DECRETO Nº 1.248, DE 13 DE JULHO DE 2012, relativo ao déficit atuarial. do RPPS.	1- Licitar / definir empresa para avaliação dos Imóveis vinculados ao RPPS.	001/2015	01/12/2015	Em Implementação



06/2014	2013	41) Adotar medidas para a instituição do regime previdenciário, imprimindo ações junto aos Poderes constituídos e órgãos do Estado, para a adesão ao sistema próprio do regime de previdência social - FUNPREV	Definir cronograma de vinculação dos poderes do Estado de Mato Grosso ao RPPS	001/2015	mar/16	Em Implementação
02/2013	2012	Considerar o trabalho desenvolvido pelo instituído pelo Grupo de Trabalho instituído pelo DECRETO N° 1.248, DE 13 DE JULHO DE 2012, relativo ao déficit atuarial. do RPPS.	1) Destinar os bens imóveis a área previdenciária para suprir o déficit;	001/2015	jul/13	Implementado



Procuradoria Geral do Estado – PGE						
Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	· 12) propicie à Secretaria de Estado de Fazenda e a Procuradoria-Geral do Estado – PGE/MT, todas as condições necessárias para exercer a sua relevante atribuição constitucional de operar o sistema da dívida ativa (irregularidade do item 7)	1-Está sendo desenvolvido novo sistema de acompanhamento da Dívida Ativa, com melhorias e novas funcionalidades, tais como integração SEFAZ/PGE, baixa automática dos pagamentos, como certidão unificada SEFAZ/PGE, envio para Protesto das CDA's inscritas antes de seu ajuizamento. Está sendo implantado na Subprocuradoria Fiscal o Sistema PGE net, com a eliminação do papel, integração com o TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de modo a se fazer gestão dos processos de forma eletrônica. 2- Uniformização das rotinas : 2.1- adoção do POP; 2.2 adoção de um sistema de controle para evitar a prescrição de créditos 3- Medidas de elevação de eficácia da cobrança administrativa de dívidas: 3.1análise preditiva dos créditos , mediante contratação de empresa especializada; 3.2- proposição de alteração legislativa visando estimular a quitação de créditos com benefícios escalonados de acordo com a fase do processo de cobrança; 3.3- Realização periódica de mutirões fiscais.	13	30/6/2016 2- 30/09/2016; 3.1- 30/12/2016, 3.2- 30/12/15;	Em Implementação



04/2015 2014 31) adote medidas efetivas com intuito de finalizar a implementação das ações discriminadas nos Pareces Prévios nºs 6/2014, 2/2013 e 5/2012 que se encontram pendentes.

1. Realização de Concurso Público para Procurador do Estado. Processo autorizado Governador do Estado Pedro Taques. 2- Construção de uma nova sede para a Procuradoria Geral.

13 1- 30/06/2016; 2- 30/12/2017 Em Implementação

Secretaria de Estado das Cidades - SECID

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	· 24) adote providências para que haja compatibilidade entre as informações apresentadas no Relatório de Ação Governamental e as enviadas via sistema Geo-Obras e Fiplan;	1) Revisão e avaliação dos valores liquidados p/ apurar a inconsistência dos dados. 2) Existe conflito de competências entre SEMA e SECID em relação aos resíduos sólidos. 3) Contratação de uma nova empresa para continuidade da obra através de processo licitatório. 4) Readequação da demanda reprimida no novo PPA 2016-2019 5) Compatibilização dos valores medidos; liquidados e pagos com as informações do GEOBRAS corrigindo distorções 6) Compatibilização dos valores medidos; liquidados e pagos com as informações do GEOBRAS corrigindo distorções 7) Compatibilização dos valores medidos; liquidados e pagos com as informações do GEOBRAS corrigindo distorções.	019/2015	1) até 30/12/2015 2) até 30/12/2015 3) Previsão de Término da Obra 12/2017. 4) 2016-2019 5) até 30/12/2015 6) até 30/12/2015 7) até 30/12/2015	Em Implementação



04/2015	2014		1) Revisão e avaliação dos valores liquidados p/ apurar a inconsistência dos dados. 2) Existe conflito de competências entre SEMA e SECID em relação aos resíduos sólidos.	019/2015	1) até 30/12/2015 2) 30/12/2015	Em Implementação
04/2015	2014		Contratação de uma nova empresa para continuidade da obra através de processo licitatório.	019/2015	Previsão de Término da Obra 12/2017.	Em Implementação
04/2015	2014		Readequação da demanda reprimida no novo PPA 2016-2019	019/2015	2016-2019	Em Implementação
04/2015	2014		1) Compatibilização dos valores medidos; liquidados e pagos com as informações do GEOBRAS corrigindo distorções 2) Compatibilização dos valores medidos; liquidados e pagos com as informações do GEOBRAS corrigindo distorções 3) Compatibilização dos valores medidos; liquidados e pagos com as informações do GEOBRAS corrigindo distorções	019/2015	1) até 30/12/2015 2) até 30/12/2015 3) até 30/12/2015	Em Implementação
04/2015	2014	.25) inclua as obras inacabadas nas peças de planejamento dos próximos exercício.s	Incluir na LOA 2015 e PPA 2016/2019 ações que permitam concluir a execução das obras inacabadas da antiga SECOPA	019/2015	31/10/2015	Em Implementação
02/2013	2012	.31) adote medidas efetivas com intuito de finalizar a implementação das ações discriminadas nos Pareces Prévios nºs 6/2014, 2/2013 e 5/2012 que se encontram pendentes.	1) Adotar providências céleres para contratação da empresa que dará continuidade à obra, consoante disposto no Acordo de Resultados (documento anexo) assinado pelo Secretário de Estado das Cidades junto ao Governador.	S/Nº	1) 15/12/2015 2) Previsão de Término da Obra 12/17	Em Implementação



			2) Dar continuidade ao acompanhamento e controle da execução física-financeira da obra, com medidas severas e corretivas para ajuste do cronograma estabelecido.			
02/2013	2012	Continuar com o acompanhamento e a execução física e financeira dos projetos de obras.	Continuar com o acompanhamento e a execução física e financeira dos projetos de obras.	S/Nº	15/12/2015	Implementado
02/2013	2012	Em razão da inviabilidade da execução da ação será solicitada sua exclusão na LDO e revisão no PPA.	A não Utilização desta ação no exercício de 2015, a mesma foi excluída do PPA 2016-2019, já que a intenção era de atender outras secretarias através de Termo de Cooperação para realização de obras de reforma em prédios públicos.	S/Nº	Implementado	Implementado
02/2013	2012	Promover gestão de acompanhamento e gerenciamento na elaboração de Planos Diretores Municipais	De acordo com o que foi proposto no primeiro acordo de resultados 2015 foi realizado um diagnóstico nos municípios, e foi constatado que há 32 municípios com a lei e 12 estão em elaboração e nenhum com ajuda da SECID. De acordo com a nova metodologia da atual gestão, a ação prioritária para apoiar os municípios na revisão e elaboração do plano diretor é o apoio e orientação à obtenção da carta geotécnica. Assim como o apoio aos municípios para a criação dos conselhos das cidades e o fortalecimento dos existentes para	S/Nº	15/12/2015	Implementado



			atender a necessidade de participação social. Devido as mudanças de prioridades também, assim esta ação foi modificada para o próximo PPA			
02/2013	2012	Promover aumento no quadro de pessoal técnico.	Está prevista a execução de uma reforma do espaço interno do prédio da Secretaria, assim como a reestruturação do quadro de funcionários, o que possibilitará a recepção de novos funcionários.	S/Nº	16/05/2015	Implementado
02/2013	2012	Promover novas políticas governamentais para a melhor distribuição das Habitações de Interesse Social.	Conforme redução orçamentária setorial, os recursos foram remanejados para o atendimento do acordo de resultados, no entanto será programado o atendimento desta demanda reprimida no PPA 2013-2019	S/Nº	16/12/2015	Implementado
02/2013	2012	Formalizar convênios com municípios e entidades.	Conforme redução orçamentária setorial, os recursos foram remanejados para o atendimento do acordo de resultados, no entanto será programado o atendimento desta demanda reprimida no PPA 2013-2019	S/Nº	18/12/2015	Em Implementação



02/2013	2012	<p>1) Dar continuidade à capacitação de servidores. (Foi realizado apenas um curso para uma equipe de 05 servidores. Não foi possível a continuidade da capacitação a partir de 25-09-2014). 2) Considerando que o sistema foi desenvolvido, institucionalizar o seu uso, fazendo as adequações necessárias. (Providência a ser excluída, conforme monitoramento realizado em 25-09-2014. Através do termo de cooperação com a Cepromat foi desenvolvido o SIG OBRAS - em implementação.) 3) Elaborar cronograma de atividades de fiscalização e encaminhar para as demais áreas envolvidas (Secretaria Adjunta de Administração Sistêmica) para otimização de diárias, veículos (Providência a ser excluída, conforme monitoramento realizado em 25-09-2014. Providência que demanda ação conjunta dos setores que possuem atividades de fiscalização)</p>	<p>1) Disponibilizar recursos para a participação dos técnicos em cursos e eventos na área de saneamento. 2) As informações sobre os projetos e obras de saneamento estão sendo inseridos no Sistema GEOBRAS. 3) Aumento da frota de veículos e contratação de motoristas p/ atender as demandas.</p>	S/Nº	<p>1) até Dezembro/2015 2) até Dezembro/2015 3) até Dezembro/2015</p>	Em Implementação
---------	------	--	---	------	---	------------------



02/2013	2012	Elaborar roteiros orientativos e documentações exigidas para apresentação de projetos técnicos e realização de convênios.	Os roteiros orientativos para apresentação de projetos técnicos e realização de convênios estão sendo elaborados. Conclusão dos roteiros orientativos a serem seguidos pelas prefeituras municipais e disponibilização no site da SECID.	S/Nº	até Dezembro/2015	até Dezembro/2015
02/2013	2012	1) Buscar o provimento da unidade com os recursos humanos necessários, de modo a otimizar os serviços prestados. 2) Dar continuidade à capacitação de servidores. 3) Elaborar roteiros orientativos e documentações exigidas para apresentação de projetos técnicos e realização de convênios.	1) Não houve contratação de novos funcionários através de concurso público, e nem há previsão de recursos p/ a abertura de vagas no momento. Os servidores participaram da capacitação em "Fiscalização de Obras" promovida pelo TCE-MT. Os roteiros orientativos para apresentação de projetos técnicos e realização de convênios estão sendo elaborados. 2) Os servidores participaram da capacitação em "Fiscalização de Obras" promovida pelo TCE-MT. 3) Os roteiros orientativos para apresentação de projetos técnicos e realização de convênios estão sendo elaborados.	S/Nº	1) até Dezembro/2015 2) até Dezembro/2015 3) até Dezembro/2015	Em Implementação
02/2013	2012	Elaborar roteiros orientativos e documentações exigidas para apresentação de projetos técnicos e realização de convênios.	Definição de competências entre a SEMA e a SECID. Existe um conflito de competências entre a SEMA e a SECID no que se refere ao tema Resíduos Sólidos.	S/Nº	até Dezembro/2015	Em Implementação



Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	· 1) cumpra tempestivamente o mandamento contido no parágrafo único do art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no Manual de Triagem aprovado na Resolução Normativa nº 1/2009-TCE-MT, de modo a encaminhar juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias o relatório dos projetos em andamento (irregularidade do item 2: 2. FB 99. Planejamento/Orçamento_grave. Irregularidade referente à Planejamento/Orçamento, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa no 17/2010 – TCE-MT;	Mandar ofício circular solicitando informações de novos projetos e obras das unidades.	019/2015		Implementado
04/2015	2014	· 3) abstenha-se de propor alterações na Lei Orçamentária Anual, que não tenham compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal (irregularidade do item 4);	Incluir, no Decreto de execução orçamentária e financeira, dispositivo prevendo regras para a utilização do superávit financeiro. Procedimento atendido no Decreto 11/2015, Art. 7º, § 2º. Os superávits financeiros de 2014 foram apurados e informados à SEPLAN através de Parecer de Auditoria da CGE.	019/2015		Implementado



04/2015	2014	.4) inclua nos decretos orçamentários abertos mediante recursos de convênio a indicação de qual convênio irá financiar a nova despesa, a fim de atender ao princípio da transparência e possibilitar o exercício dos controles externo e social (irregularidade do item 5);	Entrar em contato com o CEPROMAT para criar um campo no FIPLAN para informar a indicação do convênio o qual se refere o crédito. A informação deve ser inserida automaticamente no texto da minuta.	018/2015	31/12/2015	Em Implementação
04/2015	2014	· 5) promova a inserção no Plano Plurianual 2016-2019 de metas anuais, compostas de critérios objetivos e de credibilidade, a fim de que no decorrer do planejamento seja possível avaliar a adequabilidade das ações empreendidas e, se for o caso, promover sua alteração, visando a conceder maior eficácia às ações estatais, com o fito de estimular o alcance dos objetivos delineados no PPA;	1) Elaborando o Plano Plurianual (PPA) alinhado às orientações estratégicas de governo, com diretrizes, objetivos e metas claras. 2) Elaborando Acordo de Resultados. 3) Promovendo a Revisão Anual do Plano Plurianual	020/2015	1)Fevereiro a agosto de 2015 2) Outubro a dezembro de 2015 3) março a setembro de 2016	Em Implementação



04/2015	2014	· 17) adote medidas efetivas no sentido de convidar a sociedade a participar das audiências públicas que serão realizadas durante os processos de elaboração e discussão das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA) por intermédio dos diversos meios de comunicação existentes, de modo que o público compreenda quais temas serão abordados no debate, pois, diferentemente da mera publicidade dos atos públicos, para ser considerada transparente, a informação precisa ser passada ao público de forma clara, a fim de possibilitar o seu entendimento (irregularidade do item 12);	Realizando audiências públicas, com ampla convocação da sociedade.	020/2015	Setembro de 2016	Em Implementação
---------	------	---	--	----------	------------------	------------------



04/2015	2014	· 32) quanto à necessidade do atendimento ao princípio orçamentário da clareza, a fim de que haja a inserção no projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo de um percentual único de alteração orçamentária, que seja inteligível, evitando a realização de exercícios de interpretação para se chegar ao valor previamente autorizado, bem como a existência de autorizações de créditos via decretos em valor desarrazoado;	Atender aos dispositivos da LOA 2015, resultada do processo legal e dos procedimentos legislativos necessários para sua aprovação.	018/2015	30/09/2015	Em Implementação
04/2015	2014	· 35) acerca da necessidade de adoção de providências, a fim de aprimorar o planejamento e a execução das ações dos programas, bem como o lançamento das informações no Relatório de Ação Governamental.	Acompanhar e orientar os órgãos no preenchimento do RAG.	018/2015	31/12/2015	Em Implementação
04/2015	2014		Atender a legislação e os instrumentos de planejamento, obedecendo as regras para abertura créditos adicionais. Dentro da sua competência, disciplinar as formas para utilização dos recursos de superávit financeiro e excesso de arrecadação.	018/2015	31/12/2015	Em Implementação



06/2014	2013	19) indicar a lei autorizativa específica ao elaborar Decreto para abertura de créditos especiais;	Alterar a redação atual das minutas de Decreto, para incluir a lei autorizativa do crédito especial. CEPROMAT criar no sistema FIPLAN um campo de preenchimento obrigatório com a Lei autorizativa, durante a análise do crédito especial ou extraordinário. A informação deve ser automaticamente inserida no texto da minuta, que seguirá para publicação como Decreto Orçamentário.	013/2014	31/12/2015	Em Implementação
06/2014	2013	1. Implementar o modelo de programação orçamentária estratégica do gasto, contemplando os orçamentos matricial e de novas iniciativas; 2. Instituir nova metodologia de definição dos tetos orçamentários; 3. Adoção de novas metodologias para projeções das receitas e despesas públicas estaduais.	Implementar o modelo de programação orçamentária estratégica do gasto, com adequação das metodologias utilizadas para previsão dos valores das políticas públicas atuais e futuras. Redefinir novas categorias para mensuração do teto orçamentário e identificação da necessidade e capacidade de financiamento, utilizando o gerenciamento matricial da despesa e a redefinição das categorias de tetos. Mensurar a receita e a despesa através de modelos econométricos e diretos, com acompanhamento sistemático dos cenários macroeconômicos e fiscais. Instituir indicadores de governança fiscal. Executar as ações previstas no planejamento estratégico da Unidade, previsto para o período de 2013-2018.	013/2014	31/12/2015	Em Implementação



05/2012	2011	Implantar o Sistema de Monitoramento da Ação Governamental nas secretárias.	1) Elaboração do Manual de Monitoramento. 2) Capacitação dos técnicos envolvidos. 3) Alimentação do sistema com os dados do PTA 2015 e do Acordo de Resultados. 4) Coordenação do processo de Monitoramento nas secretarias. 5) Geração de relatórios gerenciais de execução das ações, medidas e tarefas. 6) Disponibilização (mensalmente) desses relatórios para as reuniões de monitoramento do Governador com os Secretários de Estado. 7) Desenvolvimento do novo software de Monitoramento das Ações Governamentais. 8) Realização de testes de homologação do novo software de Monitoramento. 9) Conclusão do desenvolvimento do novo software de Monitoramento. 10) Implementação do projeto piloto de implantação do novo software de Monitoramento.	005/2015	1) 15/06/2015 2) 15/07/2015 3 A 6) JUNHO A DEZ 2015 7) JAN A JUL 2015 8) 15/08/2015 9)15/09/2015 10) Outubro a Dezembro/15	Em Implementação
---------	------	---	--	----------	--	------------------



Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	· 27) dê continuidade à expansão do quadro de policiais militares, visando a reduzir o índice de habitantes por policial militar e criar uma política de gerenciamento do quantitativo de afastamento de policiais militares e adote providências para melhorar esse índice, principalmente nos municípios em que o percentual de bombeiro por habitante é menor que a média Brasil;	1. Emissão de Relatório Anual computando a evasão de bombeiros militares (aposentadoria, demissões, exonerações, falecimento, etc.), a fim de subsidiar os trabalhos de inclusão de efetivo por parte do Comando Geral; 2. Encaminhamento do Relatório ao Governo do Estado com informações acerca da evasão de bombeiros.	032/2015	1. No dia 20 de janeiro de cada ano 2. No dia 15 de fevereiro de cada ano	Implementado



02/2013	2012	Que sejam adotadas medidas urgentes e pontuais no município de Várzea Grande, tendo em vista que em 2011 o município concentrou as taxas mais elevadas de vitimização e criminalidade em 6 dos sete indicadores avaliados.	01 – O cronograma dos Planos de Ação constante no Anexo V enviado no plano anterior, foram executados durante o exercício de 2013 e 2014, e alguns dos resultados previstos foram alcançados, pelo que se pode inferir dos relatórios em anexo (doc. 01). 02 – Visando uma constante diminuição dos indicadores de criminalidade, as ações previstas no Plano de Ação indicado no item 01, ou similares estão sendo adotadas como procedimentos padrão a serem realizados periodicamente com a emissão de relatórios semanais e mensais. 03 – Será enviado no início de cada exercício, um relatório contendo informações quanto as operações realizadas em Várzea Grande no exercício anterior, o resultado obtido e o índice de criminalidade da referida região, para o Secretário de Segurança Pública até que este os níveis de criminalidade desta região voltem a níveis aceitáveis, ou seja, deixa tal circunstância de ser objeto de apontamento pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.	073/2013	01 – Implementado; 02 – Implementado; 03 – Em implementação 31/01/2016;	Em Implementação
---------	------	--	---	----------	--	------------------



02/2013	2012	Que seja elaborado e encaminhado ao TCE, no prazo de 120 dias, um plano de providências, por regional, identificando as ações a serem adotadas com vista a redução dos elevados índices de criminalidade e vitimização de cada regional e contemplando todos os indicadores avaliados;	01 – Foram criadas 14 áreas gerenciais, conforme consta na Portaria 099/2013 GAB SESP (ANEXO III), para a implementação das ações previstas no Plano de Ação Integrado para a Redução dos índices de criminalidade com metas estabelecidas no Acordo de Resultados. 02 – Os Relatórios referentes aos resultados obtidos com os Planos de Ação nas áreas gerenciais encontram-se suspensos, nos termos do e-mail em anexo (doc. 02); motivo pelo qual podemos apresentar os resultados apenas de Cuiabá e Várzea Grande, pois os demais estão sendo encaminhados para a Secretaria de Segurança Pública de maneira segmentada. 03 - Com os resultados obtidos e a visão da Segurança Pública de que os índices de criminalidade precisam ser minorados, foram deflagradas várias operações no exercício de 2015, conforme relatórios em anexo (doc. 03), dos quais é possível inferir os resultados obtidos, bem como, uma queda na criminalidade, que talvez, não alcance os níveis almejados uma vez que segurança pública envolve vários outros segmentos sociais;	073/2013	01 – Implementado: 02 – Implementado 03 – Monitoramento mensal – 10/10/2015	Em Implementação
02/2013	2012	Que seja criado um grupo multidisciplinar para identificar os fatores que contribuíram para o crescimento da Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos na maioria das regionais;	1 – Foi constituído um Grupo de Trabalho através Portaria n.º 015/2015/GAB/SESP, publicada no Diário Oficial n.º 26472 (p.11) de 06/02/2015 em anexo (doc. 04), que trouxe um calendário de ações que também subsidiará a Elaboração de um plano de ação para conter o crescimento da Taxa de Homicídios de jovens de 19 à 29 anos.; 2 –	073/2013	1. Implementado; 2. Implementado; 2.1 Implementado; 2.2 15/09/2015 3 Implementado	Implementado



Implementação do “Plano de Ação 100 dias” que envolve um conjunto de operações integradas e regionalizadas na região metropolitana e no interior, visando coibir a escalada da violência e criminalidade, desse plano originou as seguintes operações policiais: start – inopinada – asfixia e precisão. Paralelo a este “Plano de Ação Repressivo” esta em curso o “Acordo de Resultados”, que contempla um conjunto de medidas de repressão qualificada. 2.1) Foi solicitada a apresentação de um levantamento para a Coordenadoria de Estatística e análise Criminal que seja específico para a constatação de homicídios e mortes violentas contra jovens de 19 a 29 anos de idade para após, identificar eventuais fatores que podem ter contribuído para o crescimento da taxa de homicídio e as ações policiais adotadas para esta faixa etária 2.2) Solicitar junto à coordenadoria de Estatística e análise criminal uma complementação de resposta anterior, para que seja informado acerca do primeiro semestre de 2015 e 2014; 3 – Realização de Monitoramento semanal dos impactos do plano de ação em conjunto com os demais poderes e órgão de segurança pública sobre as operações repressivas e preventivas em curso. Esse monitoramento aponta para o aumento do número de pessoas, veículos e motos abordadas; pessoas conduzidas; cumprimento de mandado de prisão; veículos apreendidos; veículo recuperado; nº de motos recuperadas; apreensão de tráfico de



			drogas e armas			
02/2013	2012	Que o Governo do estado elabore um plano de providências detalhado por exercícios com medidas para conter o crescimento da Taxa de Homicídio de jovens de 19 a 29 anos.	1 – Foi constituído um Grupo de Trabalho através Portaria n.º 015/2015/GAB/SESP, publicada no Diário Oficial n.º 26472 (p.11) de 06/02/2015 em anexo (doc. 04), que trouxe um calendário de ações que também subsidiará a Elaboração de um plano de ação para conter o crescimento da Taxa de Homicídios de jovens de 19 à 29 anos.; 2 – Implementação do “Plano de Ação 100 dias” que envolve um conjunto de operações integradas e regionalizadas na região metropolitana e no interior, visando coibir a escalada da violência e criminalidade, desse plano originou as seguintes operações policiais: start – inopinada – asfixia e precisão. Paralelo a este “Plano de Ação Repressivo” esta em curso o “Acordo de Resultados”, que contempla um conjunto de medidas de repressão qualificada. 2.1) Foi solicitada a apresentação de um levantamento para a Coordenadoria de Estatística e análise Criminal que seja específico para a constatação de homicídios e mortes violentas contra jovens de 19 a 29 anos de idade para após, identificar eventuais fatores que podem ter contribuído para o crescimento da taxa de homicídio e as ações policiais adotadas para esta faixa etária 2.2) Solicitar junto à coordenadoria de Estatística e análise criminal uma complementação de resposta	073/2013	1. Implementado; 2. Implementado; 2.1 Implementado; 2.2 15/09/2015 3 Implementado	Implementado



		anterior, para que seja informado acerca do primeiro semestre de 2015 e 2014; 3 – Realização de Monitoramento semanal dos impactos do plano de ação em conjunto com os demais poderes e órgão de segurança pública sobre as operações repressivas e preventivas em curso. Esse monitoramento aponta para o aumento do número de pessoas, veículos e motos abordadas; pessoas conduzidas; cumprimento de mandado de prisão; veículos apreendidos; veículo recuperado; nº de motos recuperadas; apreensão de tráfico de drogas e armas.			
--	--	---	--	--	--



04/2015	2014	<p>1) Adoção de medidas urgentes e pontuais no município de Sinop para conter o elevado índice de Vitimização e Criminalidade verificado em 2013, tendo em vista que essa regional obteve classificação “Muito Ruim” e “Ruim” em seis dos sete indicadores analisados, em especial as que tenham como objetivo conter o elevado crescimento da “Taxa de Homicídio de Mulheres” e da “Taxa de Homicídio de Jovens (19 a 29 anos)”</p>	<p>1) A nova equipe da Secretaria de Segurança Pública implementou no início do ano a Operação 100 dias, no período de 01Jan a 10Abr15, para o enfrentamento à criminalidade nas regiões do Estado onde os índices se mostravam mais preocupantes - conforme planejamento ANEXO A.1; 1.1) Com base nesse critério, foram priorizados os municípios sedes dos Comandos Regionais 1, 2, 3 e 4, ou seja, Cuiabá, Várzea Grande, Sinop e Rondonópolis, sendo que a operação contemplava um grande pacote de ações, dentre elas a Operação Interior Seguro, Start, Inopinada, Asfixia e Precisão; 1.2) Observa-se pelo comparativo emitido pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da SESP, ANEXO A.2 que esse pacote de ações operacionais direcionadas as localidades com maior incidência criminal nos permitiram alcançar excelentes resultados, conforme se vê adiante: 1.2.1) No município de Várzea Grande houve redução de 43,40 % nos casos de homicídios dolosos e aumento de 7,69 % nas apreensões de entorpecentes; 1.2.2) No município de Sinop houve redução de 38,89 % nos casos de homicídios dolosos, redução de 16,30 % nos casos de furtos e aumento de 123 % nas apreensões de entorpecentes; 1.2.1) No município de Rondonópolis houve redução de 20 % nos casos de homicídios dolosos, redução de 0,20 % nos casos de furtos e aumento de 9,68 % nas apreensões de entorpecentes; Nesse sentido, constata-se que o</p>	034/2015	<p>1) Implementado 6) Implementado 7) Prazo para obter a informação: 02/11/2015</p>	
---------	------	--	--	----------	---	--



		<p>resultado das ações de enfrentamento a criminalidade violenta nessas localidades foram eficientes e eficazes no período proposto.</p>			
--	--	--	--	--	--



04/2015	2014	2) Elaboração de um plano de providências detalhado por exercícios com medidas para conter os elevados índices do indicador “Taxa de Violência Letal Intencional” nos municípios de Sinop, Várzea Grande e Rondonópolis	2) Cientes da impossibilidade de manter por tempo indeterminado o esforço concentrado da Operação 100 dias, pois, outras atividades administrativas foram relevadas para que as ações operacionais fossem potencializadas, a SESP iniciou a Operação Impacto II, no período de Abril a Setembro de 2015, em continuidade a Operação dias, conforme planejamento ANEXO B.1 2.1) As ações operacionais da Operação Impacto eram desconcentradas nos polos dos Comandos Regionais e de responsabilidade dos seus respectivos comandantes e delegados regionais e com recursos locais. 2.2) Observa-se pelo comparativo emitido pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal da SESP, ANEXO B.2 que os resultados esperados foram parcialmente obtidos, conforme verifica-se adiante: 2.2.1) No município de Várzea Grande houve redução de 25,9 % nos casos de homicídios dolosos e aumento de 10,20 % nos casos de roubo e aumento de 12,9 % nos casos de furto, no período de Jan a Ago 2015/2014; 2.2.2) No município de Sinop houve redução de 35,71 % nos casos de homicídios dolosos e aumento de 28,06 % nos casos de roubo e redução de 10,92 % nos casos de furto, no período de Jan a Jul 2015/2014; 2.2.3) No município de Rondonópolis houve redução de 13,85 % nos casos de homicídios dolosos, redução 30,96 % nos casos de roubo e redução de 41,01 % nos casos de furto, no período de Jan a jul 2015/2014;	034/2015	Implementado	Implementado
---------	------	---	--	----------	--------------	--------------



04/2015	2014	3) Implementação de ações visando a reduzir a quantidade de roubos e furtos de veículos no município de Várzea Grande, representados pela classificação "Muito Ruim" obtida pelo indicador "Taxa de Crimes Contra o Patrimônio – Veículos"	3) Com o término da Operação Impacto II, e visando dar sequência as ações operacionais de enfrentamento a criminalidade, encontra-se em andamento a Operação Impacto III, que se estende até o final de dezembro, capitaneada pela polícia Militar, conforme planejamento ANEXO C. Durante a Operação Impacto III, estão sendo empregadas as novas turmas de policiais militares que estavam em fase de formação nas academias até então. Nesse esforço, é possível concentrar efetivo nas cidades prioritárias, possibilitando resgatar a ostensividade da atuação policial, além de programação de operações de saturação nas zonas quentes de criminalidade. Ainda dentro da política de priorizar os polos com maiores índices de criminalidade, foi deliberado o fortalecimento das Delegacias de Roubos e Furtos e Homicídios, com a finalidade de melhorar qualitativamente os resultados das investigações.	034/2015	3) Prazo para apresentação do resultado da Operação Impacto III: 15/12/2015	Em Implementação
---------	------	--	---	----------	---	------------------



04/2015	2014	4) Implementação de ações para reduzir os elevados índices obtidos pelos indicadores "Taxa de Homicídio de Mulheres" e "Taxa de Homicídio de Jovens (19 a 29)" no município de Rondonópolis, sendo necessário conter, com urgência, o preocupante crescimento deste último indicador	4) Foi solicitada a apresentação de um levantamento para a Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal que seja específico para a constatação de homicídios e mortes violentas contra jovens de 19 a 29 anos de idade para, após, identificar eventuais fatores que podem ter contribuído para o crescimento da taxa de homicídio e as ações policiais adotadas para essa faixa etária ANEXO D (providência retirada das impropriedades 03 e 04 do PPCI 73/2013) 5) Foi solicitado junto à Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal uma complementação da resposta anterior, para que seja informado acerca do primeiro semestre de 2015 e 2014 ANEXO E (providência retirada das impropriedades 03 e 04 do PPCI 73/2013) 6) Foi solicitado da Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal um levantamento para "homicídio de mulheres e homicídio de jovens de 19 a 29 anos no município de Sinop e Rondonópolis" ANEXO F 7) Obtenção do resultado do item 06.	034/2015	Implementado 6) Implementado 7) Prazo para obter a informação: 02/11/2015	Em Implementação
---------	------	--	--	----------	--	------------------



04/2015	2014	Dê continuidade à expansão do quadro de policiais militares, visando a reduzir o índice de habitantes por policial militar e criar uma política de gerenciamento do quantitativo de afastamento de policiais militares e adote providências para melhorar esse índice, principalmente nos municípios em que o percentual de militares por habitante é menor que a média do Brasil.	<p>1. Realização do Curso de Formação por polos com a inclusão ainda em 2015 com termino da formação em 2016, de mais 1.340 novos policiais militares</p> <p>2. Distribuição de no mínimo 5 (cinco) policiais militares para cada Unidade.</p> <p>3. Dar continuidade a implementação do Projeto PM 100% (monitorado) (em anexo) 4. A Comissão de Concurso Público no âmbito da PMMT, nos termos da portaria n. 063/QCG/DGP (em anexo), de 25 de fevereiro de 2015, iniciou análise e estudo quanto a viabilidade da realização de um novo Concurso Público para provimento ainda este ano, para preenchimento de todas as vagas em aberto na PM/MT até 2018. (PPCI 074/2013) 5. Será apresentado relatório final da comissão com o resultado e possível cronograma das ações necessárias para suprir a impropriedade. (PPCI 074/2013)</p>	033/2015	<p>1. implementado 2. implementado 3. até 31/12/2018 4. Implementado. 5. 11/11/2015.</p>	Em Implementação
02/2013	2012	Aumentar a quantidade de policiais militares e, conseqüentemente, melhorar o índice de habitantes por policial militar, o que concorrera para uma atuação mais efetiva na diminuição da violência no Estado de Mato Grosso.	<p>1. Prever inclusão de efetivo via concurso público;</p> <p>2. Inclusão de 600 (seiscentos) candidatos sob qualificação no Curso de Formação de Soldados (CFSD), publicado D.O.E. n° 26411, de 06 de novembro de 2014, referente ao Concurso Público para provimento de vagas para os cargos efetivos de soldado da polícia militar e soldado do corpo de bombeiros militar edital de abertura nº 002/2013 - SAD/SESP/MT, de 18 de novembro de 2013; publicado D.O.E. n° 26174, de 18 de novembro de</p>	074/2013	05/10/2015	Implementado



		<p>2013; 3. Inclusão de 21 (vinte e um) candidatos para provimento do Cargo de Oficial da PMMT, conforme Portaria nº 047/QCG/DGP, de 12 de fevereiro de 2014, publicado no BGE nº 958, referente ao concurso público sob o Edital CFO nº 001/DGP-PMMT/2013, publicado D. O. E. nº 26012, de 25/03/2013; 4. Inclusão de 21 (vinte e um) candidatos para provimento do Cargo de Oficial da PMMT, conforme Portaria nº 048/QCG/DGP, de 13 de fevereiro de 2014, publicado D.O.E. nº 26477, referente ao concurso público sob o Edital CFO nº 001/DGP-PMMT/2014, publicado D. O. E. nº 26249, de 12 de março de 2014; 5. Chamamento dos classificados no Concurso Público para o 30ºCFSD, sendo 600 classificados e 740 do cadastro de reserva. 6– Existe um Plano de inclusão de efetivo anualmente conforme planejamento estratégico da PM - Projeto PM 100% (doc. atualizado); com fase deste ano em processo de finalização. 7.A Comissão de Concurso Público no âmbito da PMMT, nos termos da portaria n. 063/QCG/DGP (em anexo), de 25 de fevereiro de 2015, iniciou análise e estudo quanto a viabilidade da realização de um novo Concurso Público para provimento ainda este ano, para preenchimento de todas as vagas em aberto na PM/MT até 2018. 8 – Será apresentado relatório final da comissão com o resultado e possível cronograma das ações necessárias para suprir a impropriedade.</p>		
--	--	--	--	--



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	· 24) adote providências para que haja compatibilidade entre as informações apresentadas no Relatório de Ação Governamental e as enviadas via sistema Geo-Obras e Fiplan;	1) Reunir com representantes do TCE-MT, SEPLAN, SINFRA e CGE-MT para levantar as incompatibilidades entre as informações utilizadas no RAG, FIPLAN e GEOBRAS 2) Orientar área técnica para elaboração do RAG com base no inventário de obras da SINFRA 3) Levantar e atualizar as informações do e Inventário de obras no RAG conforme o sistema Geobras e FIPLAN; 4) Estabelecer modelo de monitoramento e fiscalização da execução das obras (SAOB).	029/2015	1) 30/10/2015 2) 31/03/2016 3) 31/12/2015 4) 31/10/2015	Em Implementação
04/2015	2014	· 25) inclua as obras inacabadas nas peças de planejamento dos próximos exercícios.	1) Fazer levantamento dos contratos de obras existentes na SINFRA; 2) "Realizar vistoria in loco para verificação da situação das obras. 3) "Estabelecendo critérios para priorização das obras (maior benefício social, disponibilidade de recursos financeiros, etc). 4) "Definir as obras prioritárias para inclusão no planejamento/orçamento.	029/2015	1) 31/12/2015 2) 30/06/2016 3) 31/12/2015 4) 31/08/2016	Em Implementação



04/2015	2014	· 31) adote medidas efetivas com intuito de finalizar a implementação das ações discriminadas nos Pareces Prévios nºs 6/2014, 2/2013 e 5/2012 que se encontram pendentes.	a) Promover Gestão de acompanhamento físico, financeiro e gerenciamento da Obra com a supervisão do Banco do Brasil e acompanhamento da gerenciadora Consórcio Integração MT, com elaboração de Relatórios Técnicos e Fotográficos; b) Promover Gestão de aplicação dos recursos para garantir as contrapartidas.	029/2015	Implementado	Implementado
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH						
Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
02/2013	2012	Que o Governo do Estado busque junto ao governo federal, alternativas para a solução do déficit de vagas no Sistema Penitenciário do Estado;	Ao longo dos últimos anos foi realizada por esta Secretaria de Estado gestão junto ao DEPEN, visando a construção de 6 [seis] novas Unidades Penitenciárias [Barra do Graças, Campo Verde, Sorriso, Sinop, Alta Floresta e Cáceres], contudo permanece o posicionamento do DEPEN, quanto a impossibilidade de formalização de novos contratos de repasse por motivo de limitação orçamentária do Estado.	071/2013	Implementado	Implementado
02/2013	2012	Que o Governo do Estado busque junto ao governo federal, alternativas para a solução do déficit de vagas no Sistema Penitenciário do Estado;	Foram realizados novos procedimentos Licitatórios das obras para a Construção de 02 Centros de Detenção Provisória Feminina nos Município de Sapezal e Porto Alegre do Norte, por intermédio de TERMOS DE COOPERAÇÃO celebrados com a SECID - Secretaria de Estado das Cidades.	071/2013	abr/2016 e nov/2016	Em Implementação



02/2013	2012	Que o Governo do Estado busque junto ao governo federal, alternativas para a solução do déficit de vagas no Sistema Penitenciário do Estado;	Foi celebrado TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 05/2015/SEJUDH com a SECID - Secretaria de Estados das Cidades [doc. 07], cujo objeto é a Construção Das Penitenciárias para "Jovens e Adultos" - Unidades "A e B" no município de Várzea Grande, ampliando o número de vagas para 1008 na região metropolitana.	071/2013	abr/2016 e dez/2016	Em Implementação
02/2013	2012	Que o Governo do Estado busque junto ao governo federal, alternativas para a solução do déficit de vagas no Sistema Penitenciário do Estado;	1) Ação IMPLEMETADA em relação a Construção do Centro de Detenção Provisória de Juína. 2) Realizada Gestão junto ao DEPEN para manutenção do contrato de repasse que visa a construção do Centro de Detenção Provisória no município de Peixoto de Azevedo, com 256 vagas.	071/2013	1) Implementado 2) Em Implementação (dez/2016)	Em Implementação



Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	· 26) intensifique esforços para a melhoria da gestão da folha de pagamento da SEDUC, especialmente na substituição de professores temporários por professores efetivos e na diminuição do quantitativo de afastamento de professores, conforme já anteriormente recomendado por meio dos Pareceres Prévios nºs 5/2012 e 2/2013 e, inclusive, caso entenda pertinente, realize concurso público;	Priorizar a atribuição de jornada de trabalho de aulas livres para professores efetivos através de aulas adicionais, analisar e monitorar os processos de afastamento.	22	01/07/2016	Em Implementação



04/2015	2014	33) acerca da importância de melhorar urgentemente os indicadores da área da educação e saúde que estão abaixo da média nacional e aqueles que repercutiram negativamente, comparando com o seu próprio desempenho anterior, que pratique atos eficazes e procedimentos que julgar pertinentes. Ademais, deve ser recomendado também ao chefe do Poder Executivo que conclua os procedimentos que estão sendo implementados	Melhoria nos índices de alfabetização. o Pacto de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) já repercutiu resultados positivos. Com relação ao 1º ciclo (três primeiros anos do Ensino Fundamental), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) de 2014 apontou que Mato Grosso ultrapassou média nacional nos índices de alfabetização dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental, com oito anos. A escala de escrita na ANA tem cinco níveis. A avaliação apontou que 65,54% dos alunos se encontram nos níveis 4 (55,66%), com pontuação maior ou igual a 500 pontos e menor que 600 pontos, e 5 (9,88%), maior ou igual a 600 pontos. Em Mato Grosso, 72,43% dos estudantes avaliados se encaixam nos níveis mais altos, sendo 59,12% no nível 4 e 13,31% no nível 5.	025/2015	Para o ano de 2016, está previsto a continuidade das ações, independentemente se haverá ou não recursos federais (PNAIC é subsidiado em partes pelo Governo Federal)	Em Implementação
---------	------	---	---	----------	--	------------------



04/2015	2014	nessas duas áreas, em atenção às recomendações feitas na apreciação das contas de 2013 (parecer Prévio nº 6/2014, publicado em 17-7-14 - processo 75493/2014).	<p>1) Dar continuidade a execução do Plano de Assessoramento Pedagógico às Escolas que ofertam o Ensino Médio. Assessoramento “in locus” nas escolas que ofertam o Ensino Médio. 2) Divulgar o ENEM/2015 nas escolas de Ensino Médio e orientar as equipes gestores para que incentivem seus alunos a se inscreverem no ENEM. Encaminhamento do Orientativo às Escolas de Ensino Médio para incentivar os alunos a se inscreverem no ENEM/2015.</p> <p>No Assessoramento “in locus” nas escolas orientando as equipes gestoras a participação efetiva dos alunos no ENEM/2015 3) Assessoramento nas escola de Ensino Médio Inovador e formação de Articuladores do ProEMI. Adesões de 22 escolas ao Programa de Ensino Médio Inovador; Reconstituição do Comitê Estadual do Programa do Ensino Médio Inovador. Realização de reuniões do Comitê Estadual do Programa do Ensino Médio Inovador. Realização de formação dos Articuladores do ProEMI – Programa do Ensino Médio Inovador In Locus.</p> <p>4) Adquirir Notebook por meio do convênio Nº 703373/ 2010/ FNDE/MEC/SEDUC. Elaboração de TR 209/2015 para aquisição de 115 (cento e quinze) Notebooks para Escolas que atendem Ensino Médio Inovador.</p> <p>5) Reordenar a oferta na rede do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional. Diagnóstico de ofertas dos cursos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional nos municípios. Elaboração de proposta para a reordenamento da</p>	025/2015	<p>1) Junho/15 a dezembro/15 2) Junho/15 a dezembro/15 3) Dezembro de 2015 4) Dezembro de 2015 5) Dezembro de 2015 6) Segundo semestre de 2015 e 2016</p>	Em Implementação
---------	------	--	--	----------	---	------------------



			<p>oferta de cursos de Ensino Médio Integrado a Educação Profissional.</p> <p>Elaboração de proposta para atendimento ao Ensino Médio integrado a Educação Integral em Tempo Integral.</p> <p>6) Dar continuidade as formações do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio Formação continuada aos professores do Ensino Médio que atuam como Orientadores de Estudo no Pacto. O desenho da 2ª etapa de formação proposto no termo de compromisso 0446/2014: I Encontro- 3 dias II Encontro- 3 dias Encontro de Avaliação – 2 dias está para ser planejado para ser realizado nos 15 polos dos Cefapros. Atendendo aproximadamente 523 professores do Ensino Médio. Esses por sua vez serão os multiplicadores em suas unidades escolares atendendo aproximadamente 9.878 Professores do Ensino Médio.</p> <p>Formação continuada de professores através do projeto Sala do Educador, que acontece em todas as unidades escolares. O referido projeto está focado, no ano de 2015, nas melhorias dos indicadores do IDEB por meio da melhoria das proficiências. As avaliações que medem o IDEB ocorrerão no mês de novembro de 2015 e os resultados serão divulgados no ano de 2016, conforme datas previstas no INEP/MEC. Só então poderemos aferir eficácia ou não nesse.</p>			
--	--	--	---	--	--	--



04/2015	2014	6) observe os lançamentos contábeis pelo princípio insculpido no §1º do art. 1º, da Resolução Normativa 11/2009 combinado com o art. 35, I, da Lei 4.320/64 (registrado no momento da arrecadação) – (irregularidade do item 6); 7) retifique todas as inconsistências contábeis detectadas pela equipe de auditoria e aperfeiçoamento dos registros contábeis (irregularidade do item 6);	O procedimento foi executado de acordo com o Manual de Contabilidade aplicado ao setor público, sendo que, as variações patrimoniais aumentativas ou diminutivas devem ser reconhecidas nos períodos a que se referem, segundo seu fato gerador, portanto, o valor indicado na divergência foi registrado em 2013, pois, a receita é competência de 2013, conforme documentos e e-mail junto a SEFAZ-MT (Anexo).	024/2015	05/10/2015	Implementado
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC						
Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
05/2012	2011	6 - A) Rever a política de incentivos fiscais mantendo os incentivos agroindustriais já concedidos, buscando outras alternativas para a concessão de novos incentivos a novos empreendimentos	1 - Foi instituído um Grupo de Trabalho através da Portaria Conjunta nº 02/2015 - SEDEC/ SEFAZ/ SEPLAN com a finalidade de apresentar uma nova proposta para a política de atração de investimentos em Mato Grosso, reformulando a política de concessão de incentivos fiscais decorrente do Prodeic. O trabalho estabelecido já foi concluído com a apresentação da minuta de lei. 2 - A próxima fase será o envio da mesma para aprovação da Assembleia Legislativa.	007/2014	180 dias	Em Implementação



05/2012	2011	6 - B) Rever a política geral na concessão de incentivos fiscais, excluindo programas de redução da carga tributária para atividades que não produzem no Estado, exceto aquelas decorrentes de convênios determinativos do Conselho Nacional de Políticas Fazendária - CONFAZ	1 - Foi instituído um Grupo de Trabalho através da Portaria Conjunta nº 02/2015 - SEDEC/ SEFAZ/ SEPLAN com a finalidade de apresentar uma nova proposta para a política de atração de investimentos em Mato Grosso, reformulando a política de concessão de incentivos fiscais decorrente do Prodeic. O trabalho estabelecido já foi concluído com a apresentação da minuta de lei. 2 - A próxima fase será o envio da mesma para aprovação da Assembleia Legislativa.	007/2014	180 dias	Em Implementação
05/2012	2011	6 - D) Vedar a manutenção e concessão de incentivos fiscais para atividades comerciais, onde preponderará o faturamento bruto acima de 50,1 %, na comercialização de produtos e ou mercadorias vindas de outros Estados, para empresas instaladas ou que venham a se instalar no Estado, dentre elas e apenas como exemplo: BETUNEL, STR, DISMOBRAS;	1 - Foi vedada a concessão de benefício fiscal para o Comércio. 2 - Realizar saneamento nos processos. Inclusive, já vem sendo realizadas ações de saneamento nos processos analisados pela Secretaria, bem como há um processo licitatório na SEDEC para contratação de empresa especializada em auditoria para analisar 100% dos processos de incentivos fiscais concedidos e então sanear as irregularidades.	007/2014	180 dias	Em Implementação
	2011	6 - G) Rever as políticas de financiamentos, priorizando os municípios e regiões menos favorecidas com IDH menor que a média estadual	1 - Foi constatada a dificuldade técnica da SEDEC em executar atividades de análise de crédito, deste modo foi definido que a partir de 2016, os financiamentos serão concedidos pela Agência de Fomento - MT Fomento. 2 - A SEDEC atuará como gestora do fundo e conjuntamente com o CEDEM definirá as prioridades de financiamento. Tais ações serão executadas a fim de mapear a destinação e	007/2014	180 dias	Em Implementação



			propor alternativas que garantam a eficiência na aplicação dos recursos do FUNDEIC.			
05/2012	2011	6 - H) Rever as políticas de financiamentos para segmentos econômicos onde a vaga de emprego custa valor bem menor do que a vaga do ramo comercial, estabelecendo políticas e encargos financeiros diferentes, ou seja, onde a vaga de emprego custa mais caro, encargos mais altos; onde o custo da vaga de emprego é baixo, encargos menores, para fomentar atividades em que seja empregada mão-de-obra menos qualificada;	1 - Foi constatada a dificuldade técnica da SEDEC em executar atividades de análise de crédito, deste modo foi definido que a partir de 2016, os financiamentos serão concedidos pela Agência de Fomento - MT Fomento. 2 - A SEDEC atuará como gestora do fundo e conjuntamente com o CEDEM definirá as prioridades de financiamento. Tais ações serão executadas a fim de mapear a destinação e propor alternativas que garantam a eficiência na aplicação dos recursos do FUNDEIC.	007/2014	180 dias	Em implementação
05/2012	2011	6 - J) Suspender os incentivos daquelas empresas beneficiadas e que possuem débitos inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Estado	OBS: Em relação ao Incentivo Fiscal na solicitação do benefício é apresentada pela empresa a Certidão Negativa da PGE, bem como no encaminhamento de solicitações adicionais durante a vigência do incentivo. Quanto ao FUNDEIC a referida certidão é solicitada no pleito do financiamento e a Lei 8.938/08, em seu artigo 5º VII, estabelece a atuação PGE na cobrança de financiamentos inadimplentes.	007/2014	-	Implementado



		6 - I) Definir através de Assembléia Legislativa uma comissão para acompanhar a concessão de incentivos fiscais, visando garantir o cumprimento dos investimentos das empresas beneficiadas pactuados com o Estado, em especial em relação a geração de emprego e distribuição de dividendos entre os seus funcionários	OBS: Conforme expressa o artigo 62 e 75 da Lei de diretrizes orçamentárias - LEI Nº 10.311, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015 - D.O.E 14.09.15 - a SEDEC compete a prestação de contas da execução do programa de incentivos fiscais em audiência pública à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.	007/2014	-	Implementado
Secretaria de Estado de Fazenda-SEFAZ						
Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	6) observe os lançamentos contábeis pelo princípio insculpido no §1º do art. 1º, da Resolução Normativa 11/2009 combinado com o art. 35, I, da Lei 4.320/64 (registrado no momento da arrecadação) – (irregularidade do item 6); 7) retifique todas as	1 - Mapear as divergências apontadas pelo TCE; 2 - Elaborar NT evidenciando que não existem inconsistências nos relatórios; 3 - Encaminhar NT para o Tribunal de Contas do Estado. 4 - Elaborar NT demonstrando que não existem inconsistência no relatório Anexo 17 e evidenciando os valores que devem ser considerados para encontrar os valores de RP; 5 - Encaminhar solicitação de correção dos anexos 1	13/2015	1- 22/09/2015 2- 15/10/2015 3- 31/10/2015 4- Até 15/10/2015 5- Até 30/10/2015 FIP 226 CONCLUÍDO. Pendente anexo 1 e 2	Em implementação



		inconsistências contábeis detectadas pela equipe de auditoria e aperfeiçoamento dos registros contábeis (irregularidade do item 6);	e 2 do Balanço Orçamentário e FIP 226 ao CEPROMAT; 6 - Promover a correção dos relatórios elencados no procedimento acima; 7 - Homologar a alteração solicitada e disponibilizar o relatório 8 - Elaborar e encaminhar Nota Técnica para Tribunal de Contas com cópia para CGE informando sobre o correto procedimento da confecção do Anexo.		6- Até 30/11/2015 7- Até 05/12/2015 8- Até 31/10/2015	
04/2015	2014	8) registre na dívida fundada os precatórios judiciais incluídos no orçamento e não pagos durante a sua execução, conforme preceitua o § 7º do artigo 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal (irregularidade do item 16);	1 - Elaborar Nota Técnica para Tribunal de Contas informando que todos os valores incluídos no orçamento estão sendo pagos no exercício. 2- Encaminhar Nota Técnica para Tribunal de Contas com cópia para CGE.	13/2015	1-10/11/2015 2-15/11/2015	Em implementação
04/2015	2014	9) retifique os Demonstrativos Contábeis, a fim de que o valor dos precatórios posteriores a 5/5/2000, vencidos e não pagos, componha o cálculo da Dívida Consolidada do Estado (irregularidade do item 16);	1 - Elaborar Nota Técnica para Tribunal de Contas informando que não é possível incluir como dívida consolidada o montante de R\$ 672 milhões sem que antes seja feito o levantamento e classificação dos precatórios. 2 - Encaminhar Nota Técnica para Tribunal de Contas com cópia para CGE.	13/2015	1-10/11/2015 2-15/11/2015	Em implementação
04/2015	2014	11) cumpra o art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal e passe a elaborar e publicar no prazo legal o Plano de Recuperação de Receitas Próprias (irregularidade do item 7);	Publicação das metas bimestrais de arrecadação conforme portaria 34/2015, de 05/02/2015 do DOE/MT.	13/2015	05/02/2015	Em implementação



04/2015	2014	13) observe as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, especialmente quanto ao resultado nominal, e proceda o acompanhamento periódico do alcance da meta, por meio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (irregularidade do item 13);	2 - Criar rotina (POP) de acompanhamento bimestral das metas fiscais previstas na LDO prevendo encaminhamento à câmara fiscal; 3 - Incluir na rotina da câmara fiscal o processo de acompanhamento das metas fiscais estabelecidas na LDO com os insumos recebidos do procedimento 2 visando a adoção de medidas corretivas necessárias para o alcance das metas	13/2015	Até 31/10/2015 Até 31/10/2015	Em implementação
04/2015	2014	14) justifique os cancelamentos de restos a pagar processados, regularizando inclusive os que já foram feitos, nos termos do art. 3º da Resolução Normativa 11/2009 deste Tribunal;	1 - Levantar quais são as unidades orçamentárias que cancelaram RP processados e encaminhar a CGE para providências; 2 - Incluir o levantamento da justificativa dos cancelamentos de RP's de 2014 no plano de trabalho de auditoria da CGE; 3 - Determinar aos órgãos e entidades que promovam a regularização do registro contábil dos RP processados cancelados indevidamente.	13/2015	1- Até 31/10/2015 2- Até 15/11/2015 3- Até 31/12/2015	Em implementação



04/2015	2014	15) promova a retificação e republicação do Anexo 17 do exercício de 2014 – consolidado (registro contábil incorreto) – (irregularidades dos itens 10 e 14);	<p>1 - Ajustar as equações do relatório - anexo 17 para suprimir os valores das operações entre órgãos do Estado (dívidas entre órgãos - operações intra-orçamentárias);</p> <p>2 - Encaminhar solicitação de alteração no relatório anexo 17 ao CEPROMAT, conforme ajuste previsto no procedimento acima;</p> <p>3 - Desenvolver a implementação da alteração no relatório anexo 17;</p> <p>4 - Homologar a alteração solicitada e disponibilizar o relatório.</p>	13/2015	<p>1-Até 30/10/2015</p> <p>2-Até 30/10/2015</p> <p>3-Até 30/11/2015</p> <p>4-Até 05/12/2015</p>	Em implementação
04/2015	2014	16) cumpra os prazos previstos na Resolução Normativa 2/2003 TCE-MT, referentes à remessa ao TCE-MT do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal e os prazos de publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (irregularidade do item 11);	<p>1 - Elaborar POP (Procedimento Operacional Padrão) para cumprimento dos prazos de publicação no diário oficial e envio ao TCE/MT previstos na LRF e resolução normativa nº 002/2003 TCE/MT respectivamente.</p>	13/2015	Até 30/11/2015	Em implementação



04/2015	2014	30) observe os percentuais de desoneração da participação do Tesouro Estadual na cobertura do déficit do MT Saúde;	1 - Elaborar Nota Técnica ao TCE com cópia para a CGE justificando sobre o não atendimento da recomendação de desonerar 20% a.a de repasse do Tesouro ao MT SAÚDE bem como ao atendimento a LC 539/2014 que modifica a LC 127/2003; 2 - Inserir na programação financeira de 2016 os limites instituídos na LOA.	13/2015	Até 30/11/2015 Até 31/12/2015	Em implementação
---------	------	--	---	---------	----------------------------------	------------------



Secretaria de Gestão – SEGES

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	19) adote, de forma imediata, medidas preventivas visando a estancar o crescimento da despesa com pessoal, com o monitoramento e controle dessa despesa em 2015, com o intuito de não tornar necessária a adoção das medidas indicadas no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, exigíveis por ocasião do alcance do limite prudencial	1-Foi instituído um grupo de trabalho, que está estudando medidas para reduzir a folha de pagamento e impedir o seu crescimento, de forma a manter as despesas com pessoal dentro dos limites da LRF. 2-As propostas estão sendo avaliadas quanto à viabilidade jurídica e administrativa de implantação a partir do ano de 2016.	04/2015	1-18/12/2015	Em implantação



04/2015	2014	36) acerca da importância de, além das providências já comentadas, proceder a capacitação de pessoal, com intuito de ofertar serviços públicos com qualidade	1- Ofertar cursos de capacitação para 1.500 servidores, através da Escola de Governo. 2- Avaliar o perfil comportamental de 1.000 gestores. 3-Iniciar a oferta de coaching pela Escola de Governo; 4-Iniciar a oferta de cursos de pós-graduação pela Escola de Governo; 5-Revisar a Lei nº 8.151/2008 para estabelecer uma política de incentivo (remuneração) para instrutores das Escolas de Governo	04/2015	1- 18/12/2015 2- 30/03/2016 3- 18/12/2015 4- 18/12/2015 5- 18/12/2015	Em implementação
04/2015	2014	19) adote, de forma imediata, medidas preventivas visando a estancar o crescimento da despesa com pessoal, com o monitoramento e controle dessa despesa em 2015, com o intuito de não tornar necessária a adoção das medidas indicadas no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, exigíveis por ocasião do alcance do limite prudencial	1-Foi publicado o Decreto nº 03 de 01/01/2015, que dispõe sobre medidas para o atendimento do limite prudencial com despesas com pessoal e dá outras providências. 2- As negociações com sindicatos foram suspensas em função da situação econômica; 3- Reforma administrativa com a extinção de 1.000 cargos comissionados (Lei Complementar nº 566/2015, de 20/05/2015)	04/2015	1- 02/01/2015 2- 30/10/2015 3- 20/05/2015	Implementado



04/2015	2014	36) acerca da importância de, além das providências já comentadas, proceder a capacitação de pessoal, com intuito de ofertar serviços públicos com qualidade	1-A Escola de Governo da Secretaria de Gestão de Mato Grosso capacitou os servidores: Ano - Quant servidores 2011 - 1017 2012 - 234 2013 - 1204 2014 - 1798 2015* - 1896 *Jan a Ago 2-Foi aplicada uma pesquisa de competências gerenciais para identificar quais são requeridas para ocupar cargos de gestão e quais requerem capacitações para desenvolvimento.		1-08/09/2015 2- 30/05/2015	Implementado
05/2012	2012	PARECER PRÉVIO Nº 05/2012 DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO Na meta 3, são previstas diversas ações, com término no exercício de 2013. Para o ano de 2011, a ação correspondente é a de "dar publicidade ao boletim de indicadores de pessoal", até dezembro de 2011.	O Boletim de Indicadores de Pessoal do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso é uma publicação quadrimestral com dados sobre o perfil do quadro de pessoal ativo e inativo, remuneração e indicadores de pessoal e vem sendo publicada desde o 1º quadrimestre de 2010, e a última versão fica disponível na página da Secretaria de Gestão.		27/01/2011	Implementado



06/2014	2013	PARECER PRÉVIO Nº 06/2014 37) abstenha-se de emitir certidão/carta de crédito para pagamento de salário, diferenças salariais e outros direitos decorrentes do estatuto ou contrato funcional;	Foi criado um Grupo de Trabalho pela Portaria nº04/2015 09/02/15 para realizar levantamentos e definições dos expedientes necessários à implementação dos atos de competência da Secretaria de Estado de Gestão, como unidade gestora do Sistema de Compensação de Certidões de Crédito. Está em andamento um projeto para implantação de um sistema informatizado para controle.		09/02/2015	Implementado
04/2015	2014	31) adote medidas efetivas com intuito de finalizar a implementação das ações discriminadas nos Pareces Prévios nºs 6/2014, 2/2013 e 5/2012 que se encontram pendentes	1- Decreto nº 2086/2013, de 27/12/2013, alterou a estrutura organizacional da SEGES (ora nomeada SAD) criando a Gerência de Planejamento de Pessoal na estrutura da Superintendência de Gestão de Pessoas; 2- Foi publicada a Nota Técnica nº 01/2014, faz uma análise da evolução principalmente quantitativa do quadro de servidores no período de 2008 a 2013 para embasar o planejamento de pessoal.		1-27/12/2013 2-31/07/2014	Implementado



Controladoria Geral do Estado - CGE

Nº PARECER PRÉVIO	CONTAS ANUAIS GOVERNO	PROVIDÊNCIAS	PROCEDIMENTOS	PPCI Nº	PRAZO	STATUS
04/2015	2014	31) adote medidas efetivas com intuito de finalizar a implementação das ações discriminadas nos Pareceres Prévios nºs 6/2014, 2/2013 e 5/2012 que se encontram pendentes	A - Acompanhar a elaboração dos planos de providências dos órgãos e entidades referente as contas de 2014: A1 - Encaminhar ofícios aos órgãos e entidades responsáveis pela ações corretivas conforme suas competências; A2 - reunir com os órgãos e entidades, se solicitado, para esclarecer os apontamentos do Tribunal de Contas constante do Parecer; A3 - Elaborar relatório consolidado dos planos de providências produzidos pelos órgãos e entidades e encaminhar ao TCE/MT; B - Monitorar a implementação dos planos referentes as contas de 2012, 2013 e 2014 - B1 -Solicitar e verificar a atualização dos planos de providências dos órgãos e entidades; B2 - Elaborar relatório consolidado dos planos de providências atualizados pelos órgãos e entidades e encaminhar ao TCE/MT;	04/2015	A - 30/10/2015; B -31/03/2016	Em implementação

Secretaria de Estado de Saúde – SES

OBS: Não elaborou o plano, todavia a Unidade Setorial de Controle Interno da SES envidou esforços, conforme documentos anexos.

Fonte: Planos de Providências protocolados na CGE